

AS LIGAS CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DO GOLPE DE 1964.

Antonio Torres Montenegro.

Professor do Departamento de História da
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Escolhemos como trilha para iniciar este texto algumas reflexões sobre a história. Gramsci, filósofo marxista italiano morto nas prisões do regime fascista de Mussolini em 1933, afirmou serem todos os homens filósofos - em sentido espontâneo – pois a filosofia estaria contida na ‘própria linguagem’, no ‘senso comum e no bom senso’ e ‘na religião popular’. (GRAMSCI, 1974, p. 25)¹ Podemos então afirmar que, em sentido ‘espontâneo’, também somos todos historiadores, afinal narramos histórias e, sobretudo, estamos constantemente retornando ao passado e repensando-o, ressignificando-o. A partir desse movimento de análise do passado, muitas vezes, redefinimos nossa maneira de compreender e agir no presente e de refletir sobre os projetos futuros.

A partir dessa perspectiva, podemos indagar: qual a diferença entre pensar a história de forma espontânea, por um lado, e, por outro, como produção do conhecimento, ou seja, uma construção resultante de uma série de atividades complexas, que implicam um conjunto amplo de procedimentos? Em primeiro plano, encontram-se as experiências do presente, lançando novas interrogações, novas indagações, novos questionamentos ao passado; ao mesmo tempo há de se considerar a influência do refazer constante dos conhecimentos teóricos e as ressonâncias advindas de outras áreas do conhecimento, que informam e modulam esse diálogo maiêutico com o passado; e, interligado a esse complexo movimento, estão muitas vezes os novos registros, ou seja, novos documentos selecionados, descobertos ou mesmo produzidos – como entrevistas de histórias de vida e/ou temática – possibilitando a história operar um refazer constante de sentidos e significados. Assim, temos a história como uma atividade intelectual que opera uma constante crítica de seus parâmetros analíticos voltada para o presente e para o futuro. Ou seja, toda história é sempre história do tempo presente, pois é a partir das questões e desafios colocados na cotidianidade que interpelamos o passado. Dessa forma, a história não é uma contemplação descomprometida do passado, mas atende a desafios, interrogações da nossa contemporaneidade. É para responder ao presente que reescrevemos permanentemente a história. Em outros termos arrancamos a história dos perigos da memória, ou na expressão de Nora... “ O movimento da história, a ambição não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação”. (NORA, 1993, p. 8)².

Ao mesmo tempo, nos parece significativo nesse preâmbulo revisitar as análises que desenvolvem uma instigante reflexão acerca da memória, em que esta é vista como uma grande ameaça a história. Memória aqui considerada como conjunto amplo de discursos, rituais e práticas que entronizam, cristalizam, congelam acontecimentos, personagens, períodos históricos, mitificando significados e, dessa forma, impossibilitando a história de exercer sua prática mais fecunda que é a operação cortante da crítica ao instituir um constante refazer do passado historiográfico.

Nesse sentido, é muito elucidativo retomar dois momentos emblemáticos da história do Brasil, 1930 e 1964, em que a normalidade constitucional foi interrompida. Concomitante a esse movimento de ruptura do pacto constitucional, os grupos que se apropriaram do poder político se autoproclamaram realizadores de uma revolução.

A marca de 1930 como revolução transformou-se em memória. Mesmo hoje, com toda a produção historiográfica revisitando criticamente aquele movimento e apontando como ele se insere na

¹ GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Editora Estampa, 1974.

² NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. Projeto História 10, Educ, 1993.

modernização do capitalismo pela via autoritária, a expressão “Revolução de 1930” tornou-se um signo que parece atravessar o tempo, incólume ao movimento da crítica e da desconstrução. Felizmente, em relação a 1964, a expressão “revolução” adotada pelos militares e seus porta-vozes só conseguiu manter-se publicamente enquanto a censura e o controle sobre os meios de comunicação vigoraram de forma rígida. Na medida em que a sociedade civil reconquistou o direito à livre expressão, observou-se a produção de um contra discurso pontuando aquele acontecimento no quadro da ruptura da normalidade democrática e, portanto, de mais um golpe contra os princípios constitucionais.

No entanto, o palco da história é revelador de constantes combates. Não podemos ser ingênuos e acreditar que a representação de 1964 como revolução esteja inteiramente esquecida; sobretudo, quando reconhecemos que a narrativa historiográfica não resulta de uma transposição mecânica das evidências documentais. Mas antes consideramos os diversos documentos como formas e estratégias de produção do real. Na extensão desse entendimento, os sujeitos, os princípios ou mesmo os acontecimentos considerados fundadores são abolidos, e coloca-se a possibilidade de pensarmos e agirmos como criadores e construtores da própria história. (LACLAU, 1992, p.147)³ Nessa perspectiva, associada à dimensão da representação do passado como combate, voltemos à nossa formulação inicial de que a história é um território de disputa no presente. Assim, ao privilegiarmos estudar o golpe de 1964 a partir das lutas no meio rural, privilegiando a temática das Ligas Camponesas, nos inserimos num campo de disputa que, ao mesmo tempo, defronta-se com questões e desafios do presente, ou seja, a problemática da luta pela terra hoje. Em outros termos, somos desafiados por questões atuais como: passados cinquenta anos, apesar de toda a modernização capitalista, o que impede o trabalhador rural de alcançar a condição de cidadania para si e sua família?

Para refletir historicamente sobre o Golpe e a luta pela terra, nos propomos realizar um percurso que analisará esta temática a partir de três fontes documentais: os relatos da polícia, os relatos da imprensa e os relatos de padres.

Fragmentos Policiais.

Para iniciar este estudo tomando como referência as lutas dos trabalhadores rurais, sobretudo as das Ligas Camponesas, há de se considerar o significado que elas adquirem entre o final da década de 1950 e o início da de 1960. Importante registrar que a sindicalização rural, embora estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, fosse compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário. (LESSA, 1985, p. 52)⁴ Ou seja, em todo o Brasil os trabalhadores rurais se organizavam e encaminhavam ao Ministério do trabalho as cartas de sindicalização, mas estas não eram autorizadas por pressão dos proprietários através da Confederação Rural Brasileira.

É nesse cenário que os foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão/PE, decidem criar uma associação de ajuda mútua, de forma que pudessem de maneira solidária socorrer uns aos outros nos momentos de necessidade. Dessa maneira, acreditam que poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos, que era então realizado num caixão coletivo, cedido pela prefeitura, que, depois de utilizado, era novamente devolvido. (CALLADO, 1960, p. 48)⁵

Bastante reveladora da relação que existia entre os trabalhadores e os senhores rurais é a carta convite enviada pelos foreiros do Galiléia ao sr. Oscar Beltrão, dono do engenho para que este aceite o cargo de Presidente Honorário da Sociedade que estes acabam de fundar:

Prezado Sr.

³ LACLAU, Ernesto. “A Política e os Limites da Modernidade”. In: *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

⁴ LESSA, Sonia Sampaio Navarro. *O Movimento Sindical Rural em Pernambuco:1958-1968*. Dissertação de Mestrado – UFPE, Recife, 1985. p. 52.

⁵ CALLADO, Antonio. *Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

*A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, registrada sobre o número 92907 pede vênha para comunicar a Vossa Excelência, que em Assembléia Geral, com o comparecimento de 123 associados, por unanimidade de votos, foste eleito Presidente de Honra de nossa Sociedade, bem assim, viemo-nos em nome da mesma convidar a Vossa Excia. para assistir e tomar posse do referido cargo, em reunião que terá lugar no 1º domingo de julho do corrente ano, e assistir a posse de nosso advogado, Dr. Arlindo Dourado, como também inauguração da escola que receberá o nome de “Paulo Belence”. Sem mais para o momento subscrevemo-nos, atenciosamente e obrigado. Assinados a Diretoria. Engenho Galiléia, 5 de junho de 1955.*⁶

A leitura da carta possibilita diferentes análises: por um lado, esta pode ter sido mais uma tática de despiste dos trabalhadores, para que o senhor de engenho não visse naquela *sociedade* um órgão contrário aos interesses patronais, já que os próprios trabalhadores o convidavam para um cargo de honra. Mas, ao mesmo tempo, revela o amplo domínio exercido pelos senhores, pois os trabalhadores no momento em que criavam sua organização necessitavam estabelecer uma estratégia de conciliação, ou de autonomia consentida com o proprietário. No entanto, pode-se ainda ler a carta não propriamente como um convite, mas como uma provocação – considerando as condições da época –, já que esta informa que na reunião em que o proprietário ocupará o cargo de *presidente de honra* seria realizada a posse do advogado e a inauguração de uma escola. Ora, podemos imaginar a perplexidade do Sr. Oscar Beltrão ao ler que os trabalhadores do seu engenho estão constituindo um advogado e fundando uma escola, como consta na carta convite. Em outros termos, ao senhor de engenho é dado conhecimento de que seus trabalhadores estão construindo outras estratégias para enfrentarem seus problemas de vida e trabalho. De forma explícita, sem subterfúgios, estavam sendo levadas ao conhecimento do senhor práticas que sinalizavam com a ruptura do pacto paternalista e de compadrio que cimentava as relações de exploração. Contratar um advogado era uma forma de dizer ao senhor que a relação de direitos e deveres entre o dono da terra e os trabalhadores não seria mais estabelecida apenas verbalmente ou através da política do que eram considerados como pequenos favores. Estes tinham o efeito de aprofundar a dependência e dificultar a mudança das relações de exploração. Os trabalhadores, ao constituírem um advogado para defenderem seus direitos, emitiam o signo de que o fórum das suas querelas seria a justiça, e não mais o silêncio resultante das ameaças dos vigias e administradores a mando dos senhores. Já a criação da escola possibilitaria aos trabalhadores o acesso à leitura e à escrita, o que no futuro dificultaria as perversas práticas de expropriação do trabalhador, quer através das cadernetas de contas do barracão, quer no controle das medições da terra a ser plantada e ou colhida.

A historiografia sobre o tema afirma que sr. Oscar Beltrão teria num primeiro momento aceito o convite. Mas, alertado por outros proprietários sobre o perigo comunista de tal iniciativa, teria renunciado ao cargo e exigido que os trabalhadores imediatamente dissolvessem a *sociedade*. Ao não submeterem-se a tal exigência do proprietário, tem início a luta de resistência.(Azevedo, 1982, p. 56)⁷

Em decorrência desse conflito, os trabalhadores de Galiléia partem em busca de um advogado ou de um político que os defenda. Depois de inúmeras tentativas, é sugerido o nome de Francisco Julião que, nessa época, além de advogado era deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Este aceitará a causa e, num curto espaço de tempo, transformará essa luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil.(PAGE, 1972, p.59)⁸ Deste encontro fortuito dos trabalhadores com o deputado e advogado Francisco Julião, as Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista desde a década de 1940 mas com atuação pouco expressiva, embora bastante vigiadas pela polícia ganham uma nova dinâmica. Transformam-se, segundo grande parte da imprensa, dos políticos e mesmo da sociedade civil, numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo, à “paz agrária” dos latifundiários. (SANTIAGO, 2001, p.53)⁹ Vale ressaltar, em relação a todo esse conjunto de discursos e práticas desencadeadas pelos trabalhadores rurais, as observações de Foucault ao analisar as características próprias das relações entre acontecimentos e deslocamentos do sentido histórico: *A história ‘efetiva’ faz ressurgir do acontecimento o que ele pode ter de único e agudo; é preciso entender por acontecimento não uma*

⁶ Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Documentação do DOPS. Fundo No. 29.709.

⁷ AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

⁸ PAGE Joseph. *A Revolução Que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

⁹ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Série Perfil Parlamentar. Recife, A Assembléia, 2001.

decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (Foucault, 1981, p.28)¹⁰

Francisco Julião e aquele grupo de trabalhadores jamais poderiam imaginar que a luta de um grupo de camponeses nas terras de um engenho de Pernambuco se transformaria em tema da imprensa não só regional, mas nacional e mesmo internacional, e viria a mudar completamente suas vidas.

Mas do que provavelmente os trabalhadores não devem ter tido conhecimento na época, foi que aquele convite ao dono do engenho para tomar posse do cargo de presidente de honra foi enviado à polícia, e esta imediatamente designou os investigadores 118 e 190 para realizar diligências. Em outros termos, na lógica patronal qualquer movimento dos trabalhadores que pudesse revelar algum sinal de mudança no *modus vivendi* de conformismo e submissão se constituía numa ameaça ao que era considerado como ordem e paz no campo, portanto tratado como caso de polícia.

Esse monitoramento da polícia não se restringe ao Engenho Galiléia, mas ocorre de maneira intensa em quase todo o estado, como aparece num documento produzido pela Secretaria de Segurança Pública. Neste estão registrados os nomes dos municípios e de algumas propriedades em que ocorriam mobilização e organização dos trabalhadores. Os investigadores que espionam a atividade das Ligas produzem relatórios periódicos em que nomeiam aqueles considerados como os principais líderes e suas atividades. Estes documentos, além de expressarem a visão da polícia, que não se distinguiria da da maioria dos senhores, guarda entretanto algumas surpresas. É quando eventualmente o próprio policial se mostra 'surpreso e indignado' com a prática dos senhores.¹¹

O conflito em dois engenhos no município de Paudalho¹² – Engenho Pindobal e Engenho Malemba –, descrito pelo investigador nº 239 em seu relatório dirigido ao Comissário Supervisor na data de 11 de junho de 1960, constitui-se num documento emblemático da atuação da polícia, mas ao mesmo tempo revelador de signos paradoxais.

Narra em seu relatório, o comissário 239, quem são os camponeses responsáveis pela agitação em ambos os engenhos. Após nomeá-los, descreve as duas tentativas frustradas de prender aquele que é considerado o líder mor, de nome Felício Inácio da Silva, “chefe local da Liga Camponesa”. O insucesso deve-se, segundo o comissário, “ao grande número de associados que observavam os nossos movimentos e informavam em tempo a Felício para ele fugir”. Afirma ainda que os mentores dos camponeses são os agitadores comunistas Sancho Magalhães e Manoel Vicente de Luna, com quem estes costumavam reunir-se em Paudalho. Em seguida registra no relatório que: *Estes dois elementos Sancho e Manoel de Luna são os responsáveis por todas as agitações reinantes nos engenhos do município de Paudalho. Por outro lado existe outra figura que encoraja os camponeses e os incentiva. Trata-se do promotor público da comarca Dr. Paulo Amazonas, elemento reconhecidamente de tendências vermelhas. Os elementos da Liga Camponesa quando voltam de Paudalho costumam ameaçar de morte todo camponês que não é sócio da Liga e ainda não permitindo que os mesmos plantem qualquer lavoura.*¹³

Essas e outras informações relatadas pelo investigador 239 irão constituir a rede de observação, controle e repressão produzida pela polícia. O documento revela a preocupação em identificar pessoas, nomeá-las

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

¹¹ No Arquivo Público Estadual em Pernambuco, pesquisando na documentação do DOPS, é possível rastrear como as atividades das Ligas eram vigiadas em todos os municípios e em engenhos e fazendas onde estas vinham a ser fundadas. A polícia chegou a desenhar um quadro localizando-as de forma bastante detalhada, além de serem escritos muitas vezes relatórios resultantes desse monitoramento.

¹² Paudalho é um município de Pernambuco, localizado numa área de engenhos voltados para plantação de cana e olaria, classificado pelo IBGE como situado na Zona da Mata Norte, distante 45 km do Recife. Segundo a documentação da polícia, há registros de uma intensa atividade do Partido Comunista no município desde a década de 1940.

¹³ Documentação do DOPS do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Fundo da Secretaria de Segurança Pública Nº 29.265.

e, de forma genérica, estabelecer um padrão de conduta que homogeniza todos que são considerados uma ameaça, ou apenas suspeitos. Dessa forma, o relatório em foco trilha os escaninhos padronizados pelo que foi instituído pela polícia a ser observado e identificado como fator gerador de ruptura da ordem no meio rural, ou mesmo aqueles discursos e práticas que eram considerados potencialmente perigosos. Ou seja, tudo que parece significar uma atitude ou um movimento de resistência às práticas dominantes de exploração é considerado como quebra da ordem. No entanto, nesse mesmo relatório, na sua parte final e, portanto, conclusiva, o investigador 239 irá declinar uma série de observações que se apresentam inteiramente paradoxais, tomando-se a ótica policial como referência. Este parece ter se deslocado do seu campo de observação e assimilado os referenciais do discurso das Ligas. No entanto, jamais poderia admitir essa influência, e antes precisa mostrar a seu superior a origem insuspeita de suas observações. Assim, informa que a denúncia acerca das práticas desonestas dos senhores, que passa a descrever resultou 'do contato com os camponeses' e 'apuração dos fatos'. O comentário acerca da fonte das informações/denúncias contra os senhores tem o intento de produzir a idéia de que estas foram construídas de maneira neutra e objetiva e, por extensão, sem qualquer relação com o discurso produzido pelas Ligas.

Relata, então, o investigador: *Quanto ao engenho Malemba o encontramos totalmente em greve. Neste engenho o chefe da Liga é o camponês Odor Barboza, mas as reuniões eram feitas no engenho Pindobal na residência de Felício Inácio da Silva. Entretanto ao meu ver não era apenas a Liga Camponesa que estava agindo. Neste engenho, havia um fator mais forte. Entrei em contato com os camponeses e apurei a realidade dos fatos. Alegavam os moradores do engenho que não podiam trabalhar por 35 cruzeiros diários e comprar no barracão um quilo de charque por \$180 cruzeiros. Em vista disso procuravam o engenho Crusahy ou outros onde pudessem ganhar um salário condigno; este caso fizemos ver a proprietária Dona Ester do engenho, que nos prometeu estudar o caso. Sucede um caso. Na maioria dos engenhos que não convém citar aqui o trabalhador costuma tirar uma conta de 10 X 10 braças quadradas por dia. A braça honesta é de 2 metros e 10 centímetros perfazendo 441 metros quadrados. Mais na maioria dos engenhos campeia a desonestidade. Recebem o trabalho honesto do camponês e lhe pagam um salário desonesto. Neste caso, está o engenho Malemba e muitos outros. No citado engenho a vara de medir contas tem 2 metros e 30 centímetros, isto é 20 centímetros a mais. Ora, medindo-se uma conta de 10 X 10 não perfazia 441 metros e sim 529 metros quadrados, isto é 88 metros a mais no serviço do camponês. Neste caso alegaram os camponeses de Malemba que passam 1 dia e meio para ganhar 35 cruzeiros. Ora com esta diária alegavam os camponeses não trabalhavam, e então procuravam trabalho em outros engenhos. Deste modo ficava o engenho Malemba completamente parado, não por agitação da Liga Camponesa, mas sim pela falta de honestidade de seu proprietário. Para provar este caso basta citar que a proprietária do engenho resolveu pagar a conta 10 X 10 a 100 cruzeiros e dos 60 moradores do engenho mais de 50 voltaram ao trabalho. (Relatório do Investigador no. 239; Arquivo Público Estadual de PE. Fundo. 29.265)*

O investigador ao afirmar que há um fator mais forte do que o das Ligas concorrendo para produzir, segundo suas palavras, essa situação de agitação no Engenho Malemba, nomeia os proprietários de desonestos. O trabalhador seria alvo de roubo por parte do proprietário que faz uso de uma vara que não obedece aos padrões oficialmente definidos para medir a terra cultivada e nem paga o salário justo. E para comprovar que está com a razão, informa que a proprietária, ao passar a utilizar a vara do tamanho correto e aumentar o valor do salário, teve a situação de greve no engenho praticamente normalizada. Esse documento aponta de alguma forma como o discurso das Ligas, desnaturalizando aquelas estratégias 'desonestas' de exploração praticada há décadas pelos proprietários, acaba por influir na maneira de alguns policiais perceberem e compreenderem os conflitos nos Engenhos. A própria polícia agirá como negociadora, resultando num efeito prático imediato, pois levou a proprietária a alterar, ao menos momentaneamente, seus procedimentos.

No entanto, relatos apontando a desonestidade dos proprietários, como o do investigador no. 239, permanecem confidenciais. E mesmo quando algum setor da sociedade apresenta qualquer crítica às condições de trabalho no meio rural, imediatamente são identificados como produzidos pelas Ligas, pelos comunistas ou atuando em defesa do interesse destes e, portanto, desqualificados como não merecedores de crédito.

Podemos então compreender que as lutas dos trabalhadores por condições elementares de cidadania, ao serem associadas através do discurso patronal, da imprensa e de órgãos do Estado a uma tática e uma estratégia comunista, passavam na ótica oficial do campo legal e constitucional para o território da ilegalidade e, portanto, ofereciam aos senhores os meios para recorrer à proteção policial e também fazer uso da violência privada sempre que se sentissem ameaçados.

O Nordeste é Notícia.

O período (1955 – 1964) que compreende a transformação das Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores até o golpe militar tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. Seleccionamos algumas reportagens acerca do Nordeste, para analisarmos como a imprensa irá descrever e, por extensão, construir um conjunto de significados acerca da luta dos trabalhadores rurais pela cidadania. Destacaremos a análise das matérias escritas por dois jornalistas resultantes das visitas destes à região; na oportunidade, realizaram contatos e entrevistas com camponeses e políticos. A primeira série de reportagens foi a do jornalista Antonio Callado para um jornal do Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, publicadas entre 10 e 23 de setembro de 1959 e, posteriormente, uma nova visita que resultou em matérias publicadas entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959. A outra reportagem foi realizada pelo jornalista americano Tad Szulc para o jornal da cidade de Nova York, *The New York Times*, publicada em 31 de outubro e 1 de novembro de 1960.

Antonio Callado viajou ao Nordeste a convite da CODENO (Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste) e visitou os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Estava em discussão na época, na Câmara Federal, uma Lei de Irrigação que, entretanto, encontrava resistência de parlamentares do Ceará e da Paraíba, onde os problemas da seca eram dos mais graves. Na série de reportagens que realizou, Callado denuncia a indústria da seca, ou seja, os mecanismos através dos quais os latifundiários transformaram os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denuncia, também, como os açudes construídos com verbas públicas, para beneficiar toda uma população rural, acabam atendendo a uns poucos latifundiários. Em seguida, ao visitar Pernambuco, relata a luta dos moradores de Galiléia. Faz um breve histórico da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP)¹⁴ e de como os moradores estão mobilizados na expectativa do desfecho de um pedido de desapropriação do engenho, encaminhado ao Governo do Estado e que tramita há dois anos na Assembléia Legislativa.¹⁵ Toda essa série de reportagens de Callado resultaram de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que estrategicamente procurava obter o apoio daquele jornal aos projetos que apresentava para responder à grave crise que dominava o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública era considerado de grande importância para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congresso ao projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado e que resultou na fundação da Sudene.¹⁶

As reportagens escritas por Callado descrevem e produzem um Nordeste em que muitos se reconhecem e outros não. Instituem por extensão um campo de luta, pois a cada criação estão associados conceitos, imagens, princípios políticos, análises do presente e perspectivas de ação e mudanças que se confrontam com outras matérias jornalísticas. Ao mesmo tempo, acontecimentos vários em tempos simultâneos possibilitam estabelecer associações que projetam e ampliam as possibilidades de compreensão do passado. As forças que se digladiam nesse momento apontam para *“um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, por verdade não ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que*

¹⁴ SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, será o nome como a Liga de Galiléia será registrada pelos camponeses do Engenho Galiléia, da cidade de Vitória de Santo Antão, no interior de Pernambuco, na segunda metade da década de 1950.

¹⁵ CALLADO, Antonio. *Os Industriais da Sêca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 5-31.

¹⁶ FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 46.

*não se trata de um combate 'em favor' da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.*¹⁷

A mobilização dos camponeses de Galiléia tornara-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representava o avanço do comunismo e a ruptura da *pax agrária*. Após a criação da SAPPP, em 1954, e sua regulamentação em 1955, o movimento de trabalhadores rurais assistiu na quase totalidade da grande imprensa e nos meios políticos uma constante campanha de acusações e ameaças de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade. Por parte do governo do estado, o canal de negociação era bastante reduzido. Apesar de toda essa campanha, as delegacias das Ligas se expandiam no estado e, em 1959, estas já eram em número de vinte e cinco¹⁸. As mobilizações públicas de camponeses eram uma constante. No 1º de maio de 1956, Francisco Julião mobilizou 600 camponeses para virem participar das comemorações em Recife. Em 1958, vieram 3.000 para o 1º Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores. Estes últimos, aliás, caminharam até a Assembléia Legislativa, que dedicou uma sessão à questão da Reforma Agrária.¹⁹

Um incidente com a polícia no final de 1956 possibilita-nos reconstruir um fragmento da resistência a qualquer mudança no meio rural e, por outro lado, revela o apoio oficial às práticas que violavam o estado de direito. Realizava Julião mais uma reunião com os moradores de Galiléia, num dia de sábado à tarde, quando um capitão da polícia militar estadual prendeu Julião e cortou a linha telefônica entre Vitória de Santo Antão e Recife, impedindo que os camponeses comunicassem o fato a algum membro do Conselho Regional das Ligas em Recife. Mesmo sendo deputado estadual e, portanto, dispondo de imunidade contra processos legais, foi levado preso a Recife e entregue ao coronel do Exército que atendia como ajudante de ordem do governador da época, Cordeiro de Farias. O coronel se disse indignado com a atitude do capitão e Julião foi libertado imediatamente. Na sessão da Assembléia, o deputado relatou da tribuna o ocorrido e imediatamente angariou o apoio dos seus pares. Na semana seguinte, retornou a Galiléia na companhia de mais dois deputados, mas, mesmo nessas circunstâncias, foram cercados por pistoleiros contratados pelo proprietário. Após muita negociação, o impasse foi solucionado, mas revelou o clima de grande tensão na área.²⁰

Além desses embates cotidianos, há de se considerar as disputas políticas mais gerais que ocorriam no estado. Em 1958, durante as eleições estaduais em Pernambuco, formou-se uma frente das oposições que ficou conhecida como a *Frente do Recife*. Os partidos legalmente constituídos PSB, PTB, PST e UDN formalizaram um programa e lançaram a candidatura de um usineiro, Cid Sampaio, após romper com as diversas resistências entre as esquerdas, sobretudo do Partido Comunista, que tinha muita força política, mas não aparecia legalmente. A eleição do udenista ao governo do estado em final de 1958, sinalizava uma ruptura da hegemonia do PSD desde 1930, além de apontar um avanço dos setores comprometidos com as lutas sociais e populares.²¹

Nesse cenário político, as reportagens de Antonio Callado, publicadas no *Correio da Manhã*, adquiriram uma grande repercussão nacional. Foram transcritas nos Anais da Câmara Federal, nos Anais da Assembléia Legislativa de Pernambuco, como tema de diversos discursos favoráveis e desfavoráveis. Outros órgãos de imprensa também se manifestaram sobre as reportagens, alternando elogios ou ataques ao Nordeste de Callado. Rapidamente a "Indústria da Seca", a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galiléia transformaram-se em temas centrais do debate nacional²².

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 2ª, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.13.

¹⁸ São encontradas delegacias das Ligas Camponesas em Pernambuco nas seguintes cidades: Goiana, Igarassu, Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Paudalho, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Buíque, São Bento do Una, Bonito, Cortês, Escada e Cabo. In CALLADO, Antonio. *Os Industriais da Sêca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p 5-31.

¹⁹ Op. cit. p. 49.

²⁰ PAGE, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972. p. 64.

²¹ SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e Crise Social: O Caso da Frente do Recife (1955/1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²² CALLADO, Antonio. *Os Industriais da Sêca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p 125.

Em novembro de 1959, ao retornar a Pernambuco, Callado testemunhou mais uma violência contra os moradores do Engenho Galiléia. Estes decidiram fazer, na data cívica de 15 de novembro, uma manifestação de solidariedade ao prefeito do município de Vitória de Santo Antão - Sr. José Ferrer -, que haviam ajudado a eleger. Mas, para surpresa de todos, foram impedidos, a cano de fuzil, relatou o jornalista em matéria para o *Correio da Manhã*. Alguns dias após o incidente, o juiz de Vitória de Santo Antão, que há quatro anos detinha em suas mãos o processo de despejo movido pelo proprietário, decidiu favoravelmente pela desocupação das terras de Galiléia, de todos os moradores que se encontravam em débito. Relatou o jornalista que a alternativa que existia para evitar-se um conflito de conseqüências imprevisíveis, seria o projeto de desapropriação, que caminhava de forma vagarosa na Assembléia Legislativa, ser colocado em pauta e aprovado.²³

As duas matérias publicadas pelo jornalista no *Correio da Manhã*, nos dias 29 de novembro e 2 de dezembro, registrando esses acontecimentos, produziram uma reação do proprietário. Este, através do seu advogado, acionou o jornalista Antonio Callado e o deputado Francisco Julião, como incursos na Lei de Segurança Nacional. O argumento era o de que estariam incitando os foreiros do engenho a não cumprirem o mandato de despejo, decretado pela Justiça de Vitória de Santo Antão.²⁴ A imprensa, ao divulgar amplamente o fato, provocou indignação em parcela significativa da Câmara Federal e mais de cem parlamentares federais assinaram uma moção de apoio a Callado²⁵. A ação contra o jornalista e o deputado deixou de ser tema estadual ou regional e tornou-se nacional. Em última instância, estava em debate a reforma agrária e a necessidade de institucionalização de outras relações sociais no meio rural.

Desde a posse do governador eleito pela *Frente do Recife*, as Ligas Camponesas ampliaram sua mobilização, acreditando que um governo constituído com representantes da esquerda apressaria o processo de desapropriação das terras. Em 1958, num período de três meses, as Ligas organizaram 80 atos públicos no Recife.²⁶ No entanto, foi a publicação do despacho do juiz de Vitória de Santo Antão autorizando o cumprimento do mandato de desocupação das terras do engenho, daqueles moradores em atraso com o pagamento do foro, que concorreu para o acirramento do confronto entre a SAPPP e o proprietário do engenho. Na assembléia, o projeto de desapropriação de Galiléia foi reapresentado, a medida em que concentrações de trabalhadores na frente da Assembléia Legislativa e do Palácio do Governo aumentavam a pressão política. Editoriais e artigos na Imprensa, em sua maioria, criticavam a possível desapropriação como uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e a ordem social. O desfecho era imprevisível. E Julião, em declaração ao jornal *Diário de Pernambuco* em 30 de outubro do ano em curso, prognosticava: *As Ligas concentrarão todos os seus efetivos para o primeiro banho de sangue do governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consuma nova injustiça contra os moradores de Galiléia.*²⁷

O governo cedeu a pressão dos trabalhadores e a desapropriação foi assinada. A repercussão na imprensa de outros estados foi imediata, e prevaleceu um tom de crítica e censura ao ato do governo. O jornal o *Estado de São Paulo*, em editorial no dia 18 de fevereiro de 1960, afirmava: *Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a ambição dos demais camponeses assalariados, desejosos de favores idênticos.*

O jornal apresentava o que poderia ser considerada como a reação de uma parcela de setores econômicos e políticos dominantes à desapropriação. Para estes, era como se estivessem perdendo a batalha para os trabalhadores rurais e as esquerdas que os apoiavam. E ainda, apresentava-se o agravante de que essa medida era tomada por um governador da UDN, embora tivesse sido eleito por uma frente em que as esquerdas tiveram um papel preponderante. No bojo dessa acirrada disputa, o

²³ *Op. Cit.*, P. 132/134.

²⁴ *Op. Cit.* P. 145.

²⁵ CALLADO, Antonio. *Os Industriais da Sêca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p 156.

²⁶ SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: Luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: A Assembléia, 2001. p. 72.

²⁷ AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra. 1982. p.69.

governo federal, após intensa negociação, apesar da reação de uma parcela significativa de parlamentares do Nordeste, conseguiu aprovar a criação da Sudene. Sua aprovação contou com mobilizações populares em Recife e Fortaleza. A Sudene aparecia como um esforço no sentido de industrializar o Nordeste e concorrer para mudanças nas arcaicas relações sociais e políticas da região.²⁸

Pode-se avaliar que havia por parte do governo de Juscelino Kubitschek, de uma parcela da imprensa, da opinião pública, da Igreja Católica, das associações rurais e sindicatos urbanos, um movimento em direção à mudança do *status quo* do Nordeste. Mas nesses mesmos setores manifestavam-se fortes resistências, que articulavam-se em uma ampla rede. Estava em palco, de uma forma como talvez nunca observara-se antes, uma disputa entre a mudança e a permanência. As reportagens de Callado produziram um efeito de verdade sobre uma parcela da opinião pública, dos políticos, da Igreja Católica. Dom Hélder procurou Celso Furtado, após ter conhecimento da Operação Nordeste e garantiu-lhe todo apoio, como também abraçou o projeto da criação da Sudene.²⁹ O Nordeste precisava modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizavam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao seu trabalhador rural tornar-se cidadão. Em torno dessa verdade é que o governo federal projetou a Operação Nordeste e aprovou a Sudene. Mas, para muitos que combatiam qualquer mudança, todas essas propostas eram indicativas de iniciativas comunistas. O governo caminhava entre dois focos. De um lado, os proprietários, herdeiros de uma longa tradição de completo domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras. Reproduziam práticas patriarcais em que pequenos favores e apadrinhamentos se misturavam com relações de exploração, que se manifestavam através do cambão, do foro, do pulo da vara, do barracão e apareciam como naturais. O morador – submetido ao regime de condição, como era conhecido - tinha obrigação de prestar dois ou três dias de trabalho por semana ao engenho ou fazenda. Já o foreiro arrendava um lote de terra, mas tinha de conceder 10 a 20 dias de trabalho gratuito por ano ao proprietário. Mas poderia enviar uma terceira pessoa para substituí-lo. Esse sistema era conhecido por cambão. O pulo da vara era uma expressão muito comum na zona canvieira: o administrador ao medir com uma vara a extensão da terra trabalhada, comumente saltava um ou dois passos em relação a marca anterior. Assim um trabalhador que havia cortado, plantado ou preparado uma terra de oito quadras (essa era a medida) era pago como havendo trabalhado seis. A grande maioria dos engenhos de açúcar tinha também seu barracão, em que eram vendidos os produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores recebiam o pagamento, todo ou em parte, em vales para comprar no barracão. Havia também as cadernetas do barracão, em que eram anotadas suas compras durante o mês. Entretanto, o trabalhador por ser analfabeto tinha poucas condições de controlar essas anotações. Por outro lado, as Ligas Camponesas se insurgiam contra os proprietários rurais criticando publicamente, através de passeatas, mobilizações, toda essa situação em que vivia a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste. O coroamento dessa mobilização, a partir da aprovação da desapropriação de Galiléia, teve um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e de outros estados. Apesar da dificuldade em computar o número de associados das Ligas, afirma Fernando Azevedo que em 1961 elas chegaram a ter dez mil associados, distribuídos entre as quarenta delegacias existentes.³⁰

As Ligas Camponesas, através das redes criadas com a participação ativa do deputado socialista Francisco Julião e de aliados diversos como Antonio Callado, transformam a luta dos trabalhadores rurais em tema nacional. Julião e alguns setores em que este se apoiava, a partir de 1959, com a vitória da revolução em Cuba, começam a construir uma forte identidade entre esses dois países. Nessa construção o exemplo da China é também incorporado. O caminho revolucionário trilhado por esses países predominantemente agrários, transforma-se em exemplo de futuro para o Brasil no discurso de Julião e de alguns segmentos da esquerda. Para os setores defensores do *status quo* estes discursos, ao propugnarem a revolução, passam a justificar a ruptura da ordem constitucional.

É nesse quadro de acirrado confronto político, social, econômico e cultural que o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc viaja ao Nordeste. Embora não existam informações sobre a forma de envolvimento do Departamento de Estado dos EUA com esta viagem, é de certa maneira possível que a

²⁸ FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 78.

²⁹ *Op. Cit.* P. 47.

³⁰ AZEVEDO, Fernando de. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra. 1982. p. 70.

reportagem tinha objetivos que iam além de informar a opinião pública daquele país acerca das lutas sociais no campo, no Nordeste do Brasil. Esta reportagem nos faz pensar na história do presente, e somos levados a comparar o movimento das Ligas com as lutas dos trabalhadores rurais hoje, através do Movimento dos Sem Terra (MST). São realizadas mobilizações nacionais e ocupações simultâneas em diversas fazendas, nas diferentes regiões do Brasil, e nem mesmo assim elas são consideradas uma ameaça à governabilidade do País e à paz no continente, como era apresentado o movimento rural no campo em 1960, na reportagem de Szulc. Somos então obrigados a nos perguntar, o que fazia com que aquele jornalista construísse um Nordeste incendiário?

Dois fatores interligados – a Guerra Fria e a Revolução em Cuba - concorrem para, de certa maneira, produzir a percepção, a compreensão e a representação que Szulc então descrevia e informava para o *The New York Times*. Um jornalista, sem militância nas lides da esquerda, reproduzia o anticomunismo dominante nos EUA. O mundo que se constrói após 1947, dividido entre o bloco comunista e o bloco capitalista, não deixava alternativa a uma via autônoma como pensava Juscelino e seu projeto “Operação Pan Americana”, em que o Brasil assumiria uma posição de liderança na América Latina e ao mesmo tempo de independência em face dos dois blocos.³¹ Jânio Quadros e João Goulart também procuraram manter uma política de não alinhamento automático com nenhum dos dois blocos.³² Há, por parte do governo dos EUA, um grande temor de que o continente latino-americano tenda para o comunismo e se torne objeto do controle soviético. Nesse aspecto, a posição do Brasil era alvo de críticas do governo dos EUA. Por outro lado, a Revolução Cubana, oferece uma nova representação histórica, ou seja: na América Latina, um grupo de guerrilheiros armados com o apoio de uma população pobre e revoltada com as injustiças e as desigualdades sociais é capaz de fazer uma revolução e tomar o poder. Em outros termos, a imprevisibilidade histórica passa a ter uma influência significativa nas representações construídas, propiciando a produção de um grande medo da força e do poder do comunismo.

É de certa forma ocupando esse lugar, tomado por esse espírito, que o autor da reportagem acerca do Nordeste e da ação das Ligas Camponesas para o jornal *The New York Times* se pauta. O título da sua reportagem, publicada na primeira página, sentencia: *Pobreza no Nordeste do Brasil, Gera Ameaça de Revolta*³³. A construção da matéria não deverá ter deixado dúvidas ao leitor americano de que uma revolução comunista iminente estava para ser desencadeada no Brasil. Para cimentar sua representação, intermedia suas conclusões com as declarações de líderes das Ligas Camponesas. Transcreve alguns trechos de discursos pronunciados em uma assembléia das Ligas, no interior de Pernambuco, em que o orador teria afirmado: *Essa luta não será mais interrompida. O exemplo de Cuba é aqui. Nós queremos uma solução pacífica para seus problemas, mas se não conseguirmos, nós viremos aqui e convocaremos vocês a pegarem as armas e fazerem a revolução. Os grandes proprietários com o apoio do imperialismo dos Estados Unidos estão sugando nosso sangue.*³⁴ Ao ler esse pequeno extrato do que teria sido o discurso de um líder das Ligas, o leitor possivelmente terá imaginado que a revolução armada estava a caminho e que ela teria como alvo os grandes proprietários do Brasil e os interesses dos Estados Unidos na região. O efeito de verdade do enunciado é construído ao apresentá-lo não como interpretação ou comentário jornalístico, mas como expressão direta da fala de um líder camponês. Para reforçar seu argumento associa declarações de políticos e intelectuais, para quem, se algo não for feito em termos de mudanças econômicas e da estrutura social, uma revolução de proporções incontroláveis será inevitável em poucos anos. Informa ainda Szulc, ao leitor, que a força do comunismo na região deve-se sobretudo ao nível de pobreza da mesma, o que a tornaria vulnerável à pregação revolucionária. O perigo de uma revolução propagar-se do Nordeste para o resto do Brasil teria outras implicações para os EUA, além da questão da disputa pela hegemonia no continente. Ou seja, esta é uma região fundamental para as estações de apoio aos mísseis intercontinentais e para o lançamento de foguetes do Cabo Canaveral, logo haveriam também implicações de estratégia de defesa militar.³⁵

³¹ ROGERS William D. *The Twilight Struggle: The Alliance for Progress and the Politics of Development in Latin America* New York: Random House, 1967. p. 19.

³² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Ed UnB, 2001. p. 46-50.

³³ *The New York Times*. New York, Monday, October 31, 1960.

³⁴ *The New York Times*. New York, Monday, October 31, 1960.

³⁵ *The New York Times*. New York, Monday, November 01, 1960.

Todo esse discurso produzido a partir da representação de um Nordeste revolucionário e comunista, está articulado com os discursos e as práticas de diversos setores da sociedade no Nordeste e de outras regiões do Brasil. Szulc reforça os laços entre os interesses dos Estados Unidos e de setores dominantes da sociedade no Brasil, quando revela como muitos políticos e intelectuais, entre outros, encontram-se preocupados/apreensivos e alarmados com a possibilidade de uma revolução iminente se nenhuma medida for tomada.

A luta dos trabalhadores por direito a cidadania era transformada por grande parte da imprensa e por diversas instituições da sociedade civil em um grande medo, em um grande perigo que ameaçava a todos. Assim, de forma gradativa, eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional.

Igreja e Imperialismo.

Na escrita deste texto o leitor já deve ter percebido que trabalhamos com a idéia de história como combate, ou seja, como uma construção alvo de controvérsias, oposições, divergências. Logo, das fontes documentais não emana um passado com um significado evidente e objetivo de que os contemporâneos se apropriam.

Nesse sentido, partimos de uma visão da história construída a partir da perspectiva de uma determinada historiografia e, tendo esta como interface das nossas pesquisas, elaboramos nossas questões. Como já assinalamos, a pesquisa sobre os movimentos sociais rurais no Nordeste do Brasil na segunda metade da década de 1950 e 1960 (Certeau, 2003, p. 4)³⁶ oferece grandes linhas de entendimento para as lutas sociais naquele período. Tanto no nível mundial, em face da Guerra Fria, como em âmbito nacional, em que diversas forças políticas e sociais se digladiam. Estabelecer deslocamentos analíticos construindo outros campos de significados históricos acerca dessas verdades historiográficas, poder-se-ia considerar como um procedimento coerente com a análise de Certeau, na sua operação historiográfica. Ao mesmo tempo, surpreende quando alteramos o nível da abordagem macro e mergulhamos no campo dos relatos orais de memória. Embora os relatos de memória adquiram os mais diversas matizes, em razão tanto das perguntas formuladas ou mesmo da postura do entrevistador, como também do entrevistado³⁷, muitas vezes estes relatos descortinam um novo campo de informações históricas. Experiências, relações, disputas, estratégias cotidianas, ocorrem algumas vezes não encontrarem-se registradas em outros tipos de fontes. Nesse sentido, muitos depoimentos concorrem para um tratamento micro-histórico na medida em que *a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. (REVEL, 1998, p.20)*³⁸ Assim, entendemos que o relato oral de memória não contempla ou atende por si a nenhum patamar especial de conhecimento. E sim, ao oferecer algumas vezes, ou muitas vezes, dimensões e aspectos relativos a micros acontecimentos, possibilita modificar a trama, o enfoque, mas está novamente a exigir do historiador um deslocamento analítico, pois nenhum documento, mesmo o inusitado, advindo algumas vezes do relato oral, substituirá o fazer do historiador, a operação historiográfica.

³⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p.4. Certeau observa acerca da relação pesquisa e escrita: “Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até à introdução, já organizada pelo dever de terminar”.

³⁷ Muitos historiadores que trabalham com entrevistas, principalmente com pessoas públicas, percebem muitas vezes como estas já têm um discurso pronto, acabado, muitas vezes de caráter macro, que nada acrescenta a outras fontes documentais.

³⁸ REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. REVEL, Jacques (Org.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p 20.

Os padres que imigraram da Europa para o Brasil no período em estudo, vinham como missionários. Atendiam a um apelo da Encíclica *Fidei Domun* e, nesse sentido, estavam conscientes da importância da sua missão no sentido de barrar o avanço do comunismo, principalmente no Nordeste do Brasil, onde as Ligas Camponesas (1955) transformaram-se numa grande ameaça à hegemonia católica. Isto porque, o discurso das Ligas não apontava a *religião como ópio do povo*, mas apropriava-se da simbologia cristã e produzia um discurso criticando proprietários e padres. Uma cartilha produzida pelas Ligas na época ilustra essa crítica:

O latifúndio diz assim: 'Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o 'cambão' e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse 'cambão', se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer...' Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: 'É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus'. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus (Julião, 1960, p. 55-56).

O texto da Cartilha, possivelmente lido em voz alta nas rodas de camponeses, em face da tradição oral do cordel em todo o Nordeste e também do grande número de analfabetos, deve ter causado um forte impacto entre muitos trabalhadores rurais. Talvez nunca tivessem ouvido, ou lido, uma crítica tão direta ao discurso e às práticas dos proprietários e dos padres e pastores.

Nesse sentido, podemos imaginar a ameaça que as Ligas se tornaram para as lideranças católicas, vendo estas talvez repetir-se, em plena metade do século XX, aquilo que *mutatis mutandis* ocorrera na Europa, na visão de Pio XI, quando afirmara que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja. (Alves, 1968, p.68)³⁹ No Nordeste do Brasil, poder-se-ia pensar, iniciava-se o movimento de perda dos trabalhadores rurais.

É nesse cenário de disputa, de luta pelo poder de controlar os movimentos sociais rurais, que os religiosos podem ser considerados tão importantes quanto a colaboração dos EUA, por setores das classes dominantes. Mesmo em 1968, quando a relação entre o Clero e o Regime Militar já fora alvo de diversos enfrentamentos, o Padre Jaime de Boer registrava em sua história de vida: *O governo militar havia feito um acordo com a Igreja, e os padres de FIDEI DOMUN já vinham com este tipo de visto da Holanda. Naquele tempo já era difícil obter o visto permanente, mas como estratégia dos militares, para manter um bom relacionamento com a Igreja, eles concediam aos religiosos. Tenho esse visto até hoje.*⁴⁰ Garantir um bom relacionamento com a Igreja é compreender entre outros aspectos o papel formador da religião. Como observa Bourdieu: “ a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos.” (BOURDIEU, 1982, p.33)⁴¹

No entanto, é sobre esse papel formador da religião, que a Igreja Católica no Brasil está sendo desafiada a repensar seus discursos e suas práticas. As Ligas estão a pontuar que o discurso

³⁹ ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. p. 68.

⁴⁰ Entrevista com o Padre Jaime Le Boyer para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. p. 33-34.

tradicional da Igreja é contra o povo trabalhador e, sobretudo, não representa o pensamento e a ação de Jesus. Este sim, um permanente aliado do povo pobre e humilde como Fidel Castro, Mao Tse Tung e Francisco Julião. Estavam então lançados os elementos para construção de uma outra percepção, uma outra sensibilidade e um outro pensamento acerca do universo social, estabelecendo um novo pacto entre o sagrado e as relações sociais. Ou seja, o trabalhador rural tinha possibilidade de aprender a ler o mundo ao seu redor de uma maneira diferenciada, com significados distintos do que ouvira e praticara por grande parte das suas vidas.

Ao mesmo tempo, os padres que chegam para ajudar nessa missão contra o comunismo, contra as Ligas, são lançados no mundo rural sem nenhum processo prévio de adaptação. Não dominam ainda a língua e desconhecem inteiramente os valores e as práticas culturais. Vêm carregados da visão imperialista que a Europa construiu sobre este lado do mundo. O padre holandês Lambertus Bogaard, ao desembarcar em Recife em 1958, relembra: *A idéia que nós tínhamos na Holanda era que o Brasil era um país inteiramente atrasado. Quando desembarquei em Recife fiquei surpreso com todos aqueles prédios. Pensava que ia encontrar especialmente índios e negros pobres, atrasados, mas foi exatamente o contrário.*⁴² A postura, a visão que esse exército de religiosos traz e pratica é idêntica à do colonizador imperialista que acreditava no caráter salvacionista do projeto civilizador. Afinal, para Europa, o domínio sobre as Colônias, principalmente na África, ainda era muito presente no período em estudo. Muitos governos continuavam mantendo seu Ministério das Colônias. Logo, essa visão civilizatória que esteve associada ao projeto imperialista e muito presente na cultura européia, é parte da bagagem cultural desses religiosos. O próprio padre Lambertus irá fazer uma certa crítica a sua postura inicial, quando da chegada ao Brasil: *Nossa filosofia era de ajudar no desenvolvimento do País; nos sentíamos também responsáveis, logo pensávamos que tínhamos que fazer as coisas por outros caminhos. Não adiantava fazer as mesmas coisas. Então isso criou problemas. Isso aliás acontece com todos, padres ou leigos, que vêm de fora para ajudar o Brasil. Eles pensam que só eles mesmos têm as respostas e podem impor suas idéias.*⁴³ A força do discurso religioso, que informa a visão de mundo, os comportamentos e as práticas sociais, vem carregado de signos civilizatórios que desqualificam a cultura nacional. Como o próprio Lambertus confessa, todos chegam com essa visão, mas poucos percebem o significado dessa postura. Poder-se-ia então, operando um movimento de deslocamento analítico sobre o relato de história de vida em foco, pensar numa lógica religiosa imperialista.

Em outros termos, podemos buscar um novo diálogo inspirador, desta vez com um teórico da cultura e do imperialismo, Edward Said. Suas reflexões, embora estejam construídas a partir das narrativas dos romances produzidos nos países imperialistas, entre o final do século XIX e início do XX, possibilitam de alguma forma estabelecer algumas conexões analíticas com nossa temática. Afirma ele: *O principal objeto de disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra; mas quando se tratava de quem possuía a terra, quem tinha o direito de nela se estabelecer e trabalhar, quem a explorava, quem a reconquistou e quem agora planeja seu futuro – essas questões foram pensadas, discutidas e até, por um tempo, decididas na narrativa...O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos.* (SAID, São Paulo, p.13)⁴⁴

No caso das Ligas, também encontramos narrativas curtas de caráter pedagógico que passam a demarcar um contra discurso às representações dominantes de manutenção das estruturas latifundiárias e suas práticas de exploração do trabalho. Julião irá se inspirar nos poetas populares para produzir diversos textos como *Guia, ABC, Recado, Cartilha do Camponês*. Em uma linguagem simples e direta, como se estivesse conversando com o camponês, elabora de forma pedagógica todo um discurso de mudança e transformação. Os valores da união e da solidariedade camponesa, associados a uma releitura do cristianismo, constituem-se nos pilares basilares desse discurso de mobilização e luta.

⁴² Entrevista com o ex-padre Lambertus Bogaard para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

⁴³ Entrevista citada.

⁴⁴ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.13.

Os padres que imigraram para o Brasil nesse período vieram em nome de uma cruzada, em defesa dos valores ocidentais cristãos, e seu discurso civilizador, a sua visão de mundo estavam marcadas por uma formação imperialista. Mesmo que não estivessem imediatamente a serviço de empresas e projetos econômicos imperialistas, os valores e as práticas com os quais estabeleciam e fundavam suas relações com os diversos segmentos da sociedade, principalmente no meio rural, foram estruturadas a partir de uma educação, de uma formação, de uma história e visão de mundo imperialista. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que aqueles que os recebiam, também aprenderam a admirar, a respeitar, a submeter-se aos que vinham de fora, de um outro país. Essa forma de recepção não impedia práticas de trampolinagem (CERTEAU, 1998, p.79)⁴⁵, como observa Certeau, embora estas raramente chegassem a questionar de maneira radical o discurso desses religiosos. Da mesma maneira que Conrad em seu romance *Heart of Darkness* (*O Coração das Trevas*), como afirma Said, criticasse a crueldade e as injustiças resultantes do imperialismo europeu, mas fosse incapaz de pensar uma ruptura radical daquele mundo africano com o imperialismo.⁴⁶

Mas, se esta é uma leitura possível do discurso e da prática desses religiosos, um outro relato nos surpreende, pelo que projeta como complexidade das relações sociais. Xavier Maupeou é um padre francês que relata uma história de vida, bastante incomum, pois ao concluir seus estudos secundários na França, entra para a Escola dos Oficiais da Reserva da Cavalaria, de onde sai como aspirante. Em seguida, é mandado para a fronteira da Argélia com a Tunísia. Posteriormente é transferido para a frente de batalha da guerra da Argélia, até ser ferido gravemente e enviado a um hospital em Paris. Ao recuperar-se deixa o exército e ingressa no Seminário. Após cinco anos, ordena-se padre e, atendendo ao espírito da Encíclica *Fidei Domun*, decide aceitar o convite para trabalhar como missionário no Brasil. Em razão de contatos anteriores, viaja para o Nordeste do Brasil, a cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Uma das práticas comuns, em face do reduzido número de padres nessa região, é a chamada desobriga. Ou seja, são as visitas pastorais que poderiam durar alguns dias, em que são realizadas dezenas de casamentos, de batismos, de crismas e também é dada a confissão e rezada a missa. Após o cumprimento de todas as obrigações religiosas, tem início a festa com bastante comida e bebida.

Relembra, então, Xavier que em uma desobriga na cidade de Santo Amaro, no interior do Maranhão, teve problemas na viagem e acabou chegando com muito atraso. O povo, cansado de esperar, fez a festa antes de cumprir as obrigações religiosas. Ao chegar, encontrou as pessoas com ressaca em razão da bebida. Mas, mesmo nessas condições teve início a reunião de reflexão bíblica. Relata este: *Chegou então uma hora, em que não me controlei e disse: “Se ninguém falar, eu nunca mais piso aqui...” Não devia ter dito isso. Um velho disse ao filho dele: “Fala”. O rapaz pegou a Bíblia para tentar ler, e a colocou de cabeça para baixo. Eu não me controlei: “Burro, tu não sabes nem pegar na Bíblia direito.” Ele me respondeu: “Burro hoje, o senhor vai ver daqui a três meses.” Continuamos a reunião, apesar da falta de ambiente de fraternidade.* Passados alguns meses, José Martins, o trabalhador que padre Xavier havia chamado de burro, foi a sua casa: *Ele entrou, almoçamos, não tocamos no problema que havia ocorrido... Quando acabamos ele disse: “O senhor se lembra...” Eu disse: “Me lembro e peço perdão.” Ele então retrucou: “Não se trata disso”* → *Vim marcar uma data para a próxima desobriga.”*

*Quando voltei lá novamente para a desobriga, assisti uma coisa prodigiosa. Prepararam uma verdadeira festa. Enfeitaram tudo, os meninos cantando, e houve então uma pregação desse homem – José Martins – fabulosa.*⁴⁷ Este relato nos faz pensar o quanto a atitude de reprovação e cobrança do religioso operou como um enfrentamento para o próprio grupo se superar. No entanto, desafio maior ocorreu alguns meses depois. Relata Xavier: *Poucos meses depois dessa desobriga,*

⁴⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano.1. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. p. 79. *O que aí se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza, no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais.*

⁴⁶ Op. Cit. p. 62-63.

⁴⁷ Entrevista com o bispo Dom Xavier Gilles de Maupeou D’Ableiges para o Projeto Guerreiros do Além-Mar.

teve início o problema da terra nessa comunidade. O “proprietário”, entre aspas, pois não são proprietários, mas ladrões, porque nesse tempo já roubavam as terras, foi falar com o delegado e pedir a este providências para expulsar dois moradores das suas terras. Como era costume, o delegado enviou um bilhete aos moradores dizendo: “Venham falar comigo na delegacia.”

Nessas situações, normalmente o trabalhador vinha, e o delegado comunicava que tinha duas horas para sair da terra. Mas dessa vez foi diferente. Eles receberam o bilhete do delegado e leram como liam a Bíblia. Leram, discutiram e decidiram que não iriam apenas os dois, mas toda a comunidade. Na hora marcada estavam em frente da casa paroquial, pois a delegacia era vizinha.

Eu não estava sabendo de nada. Quando vi chegar esse povo todo, fui saber do que se tratava. Eles então me explicaram. Eu pensei: “Nossa Senhora de Fátima, vai começar a confusão.” Nós nunca tínhamos em nossas reuniões tratado explicitamente de assunto de terra, mas de toda a vida.

Teve então início dentro da delegacia a reunião com o delegado. Ele exigiu a presença apenas dos dois. O restante esperasse na rua. Houve um diálogo fantástico com o delegado: “Vocês vão sair da terra.” Eles então interrogaram: “Mas senhor delegado, com todo respeito, por que?” Era a primeira vez na história do município de Urbano Santos que um lavrador dialogava com uma autoridade, e não apenas ouvia calado e respondia ‘sim senhor’. Poderia dizer que essa é uma caminhada própria do processo de formação de uma Comunidade Eclesial de Base.

Após esse incidente, começou um ‘zum-zum-zum’ na elite da cidade. Passaram a dizer: “Isso é comunismo e são os padres.” A partir de então, passamos a ser acusados de pregar Mao-Tsé-Tung e essas coisas de subversão. Quando, de fato, era apenas uma caminhada típica de um padre normal, que queria ensinar o catecismo e a palavra de Deus. Nunca tínhamos falado de política ou de partido. No entanto, a partir da reflexão e da leitura sobre a palavra de Deus e o catecismo, foram desfeitas certas relações de poder. Basicamente fruto do diálogo com o povo.⁴⁸

O relato de Dom Xavier privilegia a prática religiosa, colocando-a no centro da mudança da postura política, ou mais propriamente da construção da cidadania. Provavelmente outros fatores devem ter concorrido, além da prática religiosa, para que esse grupo rompesse com o medo e enfrentasse os desafios da polícia. Entretanto, mesmo considerando que esse é o registro produzido por Dom Xavier, e que provavelmente o relato dos trabalhadores seria inteiramente outro, mudanças culturais significativas devem ter se processado para um religioso de formação europeia construir essa compreensão das práticas sociais e políticas.

- Este texto é resultado do trabalho de pesquisa desenvolvido através do projeto *Memórias da terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as Esquerdas (1954-1970)*, realizado com apoio do CNPq.

⁴⁸ Entrevistada citada.